

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR: O DESAFIO DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

Adriana Fernandes Ferreira ¹
Aurileide Fernandes Ferreira Dantas ²
Gabriela de Oliveira Godeiro Maia ³
Gerligia Fernandes Silva ⁴
Patricia Benicio Maia ⁵
Leonardo da Silva Alves – Orientador ⁶

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto investigar a inclusão de alunos com deficiência em uma escola no ensino regular no município de Brejo do Cruz-PB. Desta forma, tratou-se como problema, reconhecer se é possível propiciar a aprendizagem e incluir, de maneira efetiva, os alunos com deficiência no ensino regular. O trabalho apresenta embasamento teórico estruturado em autores como Mantoan (2003, 2005), Rosseto (2005), Alves (2006) e outros que enfocam os assuntos relacionados ao tema. Para tornar os objetivos do estudo exequíveis, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo e análise documental de dados com quantitativo de alunos com necessidades atendidos na escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Manoel Torres. Verificou-se que a partir das leituras realizadas, a Educação Inclusiva no Brasil tem desfrutado de uma série de conquistas na última década, mas por outro lado, ainda enfrenta vários desafios e retrocessos. A partir das reflexões realizadas, percebe-se que ainda é necessária uma mudança de postura diante da Educação Especial e da Inclusão. Diante desta realidade, faz-se necessário reformular ações e práticas pedagógicas, indicando assim, a necessidade do acompanhamento e avaliação das políticas adotadas, bem como a formação continuada e a qualificação dos professores. Noutra perspectiva percebeu-se que a parceria entre a escola e a família é fundamental para garantir o sucesso escolar dos alunos.

Palavras-chave: Inclusão. Alunos com deficiência. Ensino regular.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Ciências da Educação, pela World University Ecumenical - WUE-w – Florida, ffadri@yahoo.com.br;

² Doutoranda em Ciências da Educação, pela World University Ecumenical - WUE-w – Florida, aurileide.fernandes@hotmail.com;

³ Mestranda em Ciências da Educação, pela World University Ecumenical - WUE-w – Florida, gabriela_godeiro@hotmail.com;

⁴ Mestranda em Ciências da Educação, pela World University Ecumenical - WUE-w – Florida, gerligiax@gmail.com;

⁵ Doutoranda em Ciências da Educação, pela World University Ecumenical - WUE-w – Florida, patriciabenicomaia@hotmail.com;

⁶ Professor orientador: Doutor em Planejamento Urbano e Regional – UFRJ, leojornalista1@gmail.com.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é um tema de crescente importância na educação contemporânea. Este conceito abrange a integração de estudantes com diferentes tipos de deficiências em salas de aula convencionais, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças. A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de compreender os desafios e as estratégias necessárias para efetivar uma educação inclusiva que realmente atenda às demandas de todos os alunos.

A educação inclusiva visa não apenas a inserção física dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares, mas também sua plena participação nas atividades escolares, o que requer adaptações curriculares, metodológicas e atitudinais. O desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva é fundamental para promover a aceitação e valorização da diversidade, o que pode contribuir significativamente para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa (Costa, 2023; Gonçalves, 2024).

Este estudo visa analisar as práticas pedagógicas inclusivas e a avaliação do impacto da inclusão no desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com necessidades especiais. A pesquisa também pretende explorar a formação dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula e as percepções dos próprios alunos e suas famílias sobre o processo de inclusão (Mendes, 2024; Oliveira, 2024).

Referências recentes indicam a complexidade deste processo e a necessidade de formação contínua dos profissionais da educação para garantir a eficácia das práticas inclusivas. Estudos mostram que a formação adequada dos professores, o apoio institucional e a participação ativa da comunidade escolar são fatores determinantes para o sucesso da inclusão (Pereira, 2023; Silva, 2023).

Portanto, entender esses aspectos é crucial para o desenvolvimento de estratégias efetivas de inclusão que possam ser implementadas nas escolas de forma sustentável e eficaz. Entender esses aspectos é crucial para o desenvolvimento de estratégias efetivas de inclusão que possam ser implementadas nas escolas de forma sustentável e eficaz. Neste sentido, o tema dessa pesquisa acadêmica é motivada pela inquietação a respeito da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, pautado nos desafios encontrados no processo de ensino aprendizagem desses educandos, além disso, também levamos em consideração o papel da escola, da família e dos professores.

Desta forma, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: “É possível propiciar aprendizagem e realmente incluir os alunos com deficiência, no ensino regular? ”. Com relação ao objetivo geral, tratamos de investigar a inclusão de alunos com deficiências no

ensino regular e, nossos objetivos específicos voltaram-se para discutir o papel da escola diante do desafio da educação inclusiva; refletir sobre o papel do professor e a contribuição para a inclusão dos alunos com deficiências.

Portanto, entendemos que a escola tem um grande desafio a ser resolvido, pois, precisa promover e proporcionar o acesso e a permanência de todas as crianças com necessidades educacionais especiais, garantindo o aprendizado e buscando a construção de uma nova escola que atenda todos os públicos de maneira efetiva, alicerçada nos princípios de uma sociedade democrática.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada com base em dados secundários, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e exploratória de caráter qualitativo. De acordo com Furasté (2007), a pesquisa bibliográfica baseia-se fundamentalmente no manuseio de obras literárias impressas ou capturadas via internet. Para o autor, quanto mais completas e globalizadas forem às fontes bibliográficas consultadas, melhores serão os resultados e, conseqüentemente a pesquisa alcançará maior profundidade.

Dessa forma, para o desenvolvimento desse estudo, foram realizadas coletas de dados a partir de pesquisas bibliográficas sobre o tema, incluindo livros, dissertações, artigos e sites de internet. Todas as fontes aqui mencionadas foram fundamentais para a elaboração dessa pesquisa.

Já a pesquisa exploratória é aquela que busca aprimorar informações sobre o estudo em questão. Para Vergara (2010), a pesquisa qualitativa tem como objetivo explorar um ambiente, visando o levantamento de informações para definição de problemas e oportunidades de melhorias. Assim, também foi utilizado a pesquisa documental analisando dados de matrículas e laudos de alunos especiais nos anos de 2021 a 2024 bem como no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Manoel Torres em Brejo do Cruz-PB, verificando a inclusão escolar dos discentes na instituição.

REFERENCIAL TEÓRICO

Uma escola inclusiva de qualidade

A palavra Incluir significa: “compreender; abranger; inserir; introduzir; fazer parte” (FERREIRA, 2001, p. 380). Assim, a sugestão filosófica e legalista da inclusão é o respeito à diversidade (BRASIL, 1996). Isto insinua assegurar que a inclusão não consente formas de segregação não se partindo do ponto de vista social e econômico, assim como do ponto de vista político e cultural.

A inclusão, na escola possui a meta principal de não admitir nenhum estudante fora do ensino regular. Dessa forma, questiona-se a função da educação em relação à produção de incapacidades, visando que: “todos têm o direito de se desenvolver em ambientes que não discriminem, mas que procurem lidar e trabalhar com as diferenças, respeitando as limitações de cada um” (Ferreira; Guimarães, 2003, p. 153).

Uma docência humanista está preocupada com a qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os estudantes, cada um com suas particularidades. Isto acontece porque: “a prática pedagógica é influenciada por múltiplas dimensões: social e política, filosófica, ética, técnica, histórica, e, dentre essas, a dimensão psicológica” (Severino, 1991, p. 36).

Assim sendo, a qualidade da educação inclusiva decorre pela matrícula e pelo atendimento educacional especializado do aluno com deficiência e/ou altas habilidades (Brasil, 2008), mas além disso e, sobretudo, por uma atuação docente ajustada numa compreensão humana e interacionista de desenvolvimento e aprendizagem.

A importância da família no processo educacional

É de suma importância a participação da família no espaço escolar de seus filhos, porquanto, a família é a base onde tudo inicia, e não é admissível falar desse assunto sem citar Tiba (1996) quando este assegura que:

Teoricamente, a família teria a responsabilidade pela formação do indivíduo, e a escola, por sua informação. A escola nunca deveria tomar o lugar dos pais na educação, pois os filhos são para sempre filhos e os alunos ficam apenas algum tempo vinculados às instituições de ensino que frequentam (TIBA, 1996, p. 111).

Nessa perspectiva compete à família o encargo de influenciar no desenvolvimento da personalidade e do caráter dos filhos e a escola a obrigação de informar ao aluno como tornar-

se um cidadão crítico e pensante diante da sociedade, tendo em vista que, ambas são bases essenciais na formação social, política e cultural da criança (TIBA, 2012).

A família e a escola possuem um papel importantíssimo no desenvolvimento mental, social e afetivo da criança (TIBA, 2012). Assim sendo, se a criança recebe uma boa educação obterá sucesso e, isso vai servir de alicerce a sua criatividade e ainda a sua conduta produtiva quando for adulto, perante desse aspecto, destaca-se que, a família é a influência mais importante para o avanço da formação dos valores do cidadão.

Tiba (2012, p. 183) afirma também que:

A educação escolar é diferente da educação familiar. Não se pode delegar a escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada á formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares. A escola é um ambiente de convívio no qual os alunos recebem estímulos, espaços para a socialização e tem o objetivo de preparar o indivíduo para o mundo. Para a escola, seus alunos são transcendentem curriculares, para os pais, os filhos existem para sempre.

A família é um apoio essencial para as necessidades das crianças, destacando que, esse apoio também precisa ocorrer com o processo de aprendizagem escolar. Entretanto, o sucesso no processo de aprendizagem escolar depende de diversos elementos essenciais e um deles é o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento dos filhos. Por sua vez, a família sempre desenvolveu e sempre desenvolverá expectativas sobre os seus filhos e, no que condiz ao processo educacional não poderia ser de forma diferente. A maior parte dos pais quer que seus filhos obtenham sucesso, e quando não tem um desenvolvimento satisfatório culpam os filhos ou até mesmo a escola. Contudo, de forma independente da origem do problema e do tamanho do problema é, no seio familiar que as dificuldades serão abrandadas ou multiplicadas (SOUZA; SARMENTO, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola enfrenta o desafio da educação inclusiva, que está diretamente relacionada às ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais. Essa junção torna possível a interação de crianças com deficiências com outras que não possuem, convivendo no mesmo ambiente escolar, aprendendo e respeitando as diferenças (BRAGA, 2012).

Sendo assim, a escola tem grandes desafios pela frente, pois deve promover o acesso e assegurar a permanência das crianças com deficiência, propondo mudanças na organização pedagógica da própria escola de modo que reconheçam e valorizem as diferenças de cada um.

Um outro grande desafio enfrentado pela escola é a formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. Sobre isso Xavier (2002) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, p. 19).

Neste sentido, a formação docente deve se basear no olhar ético em relação à diversidade, às diferenças e à deficiência de cada um. É importante destacar que o professor deve reconhecer-se como ser social, histórico e cultural e considerar que as suas construções devem ponderar o existir o ser do outro. Esse profissional também deve pensar que sua formação precisa estar voltada não apenas para deficiências, mas também na educação inclusiva como um todo, considerando as relações de gênero e as situações de vulnerabilidade humana e social.

Nessa perspectiva, a formação continuada do professor é imprescindível e deve ser um compromisso dos sistemas de ensino com a inclusão, assegurando que estes, sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas pedagógicas que sejam capazes de responder às singularidades de seus alunos de forma efetiva, incluindo aquelas evidenciadas por aqueles que possuem deficiências. Além de uma formação adequada, é necessário que o professor compreenda sua participação no processo de inclusão. Lima (2006, p. 16) aponta que “é essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças”.

Neste sentido, as escolas devem estar preparadas para receber e educar a todos os alunos, e não somente os com necessidades especiais. Mas para que a inclusão seja vista de outra maneira pela sociedade é necessário que as mudanças comecem pelo sistema educacional.

Torna-se importante pontuar que a educação inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e

interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas e educacionais de todas as crianças. (BRUNO, 2006, p. 16).

De acordo com Ferreira (2018), a educação inclusiva adentra nas escolas buscando acabar com essa divisão entre os alunos com deficiência e aqueles que não apresentam nenhuma. Assim os alunos com deficiência passam a conviver e se integrar no meio social, conhecendo situações diversas, e vivenciando os aprendizados necessários ao seu desenvolvimento enquanto cidadãos que tem sonhos e projetos futuros. Neste sentido, para que a educação inclusiva aconteça de forma real, a escola precisa ter apoio intersetorial das secretarias municipais de Assistência Social e Saúde que, por sua vez, atende a secretaria de Educação e acompanha os profissionais da educação e os alunos com deficiências.

É necessário apresentar a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola diante da proposta de uma educação para todos. De acordo com Drago (2011 apud BEYER, 2006), não se pode visar somente uma reorganização formal ou se embasar em concepções de homem, mundo e sociedade, estanques e desvinculadas da heterogeneidade, e sim imprimir uma qualidade e uma nova visão a todo contexto vivido, buscando o envolvimento e a participação de todos os educandos.

Ao analisar o PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Manoel Torres, verificou-se que existem vários fatores que contemplam a inclusão dos alunos com necessidades específicas, dentre elas: o atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado –AEE, Cuidador Escolar, atendimento com alguns profissionais como Psicopedagogo, Psicólogo e Assistente Social, o que é um avanço. Contudo, não está previsto a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) desses alunos, não contempla materiais e recursos adequados e atividades adaptas as necessidades dos mesmos, tecnologia assistiva, bem como não consta um planejamento e/ou projetos que incluam os alunos com e sem necessidades e com os alunos com dificuldades de aprendizagem. Baptista e Motoan (2005, p. 26) advertem a importância desse atendimento assegurando que:

O atendimento educacional especializado garante a inclusão de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimento, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim tudo que difere dos currículos acadêmicos que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. Ele é necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras que certos conhecimentos, linguagens, recursos apresentam para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aula comum do ensino regular. Portanto, esse atendimento não é facilitado, mas facilitador, não é adaptado, mas permite ao aluno adaptar-se as exigências do ensino comum, não é substitutivo, mas complementar ao ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), proporciona muitas reformulações para amparar a escola nessa caminhada, auxiliando para que esta se torne apta a ensinar todas as crianças, acabando, assim, com o preconceito. Entretanto, para que as barreiras sejam derrubadas, é preciso que um longo caminho seja trilhado para proporcionar o aprendizado de todos os alunos, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não.

Dessa maneira, as escolas devem atender todas as crianças e garantir o aprendizado de sem nenhum tipo de discriminação. Para que os objetivos do processo de inclusão sejam alcançados, mudanças são necessárias dentro do contexto escolar e estas, só podem ser realizadas através da reflexão comprometida e responsável dos envolvidos frente à realidade que envolve a educação inclusiva.

Em relação aos alunos com necessidades na instituição pesquisada, tem aumentado significativamente nos últimos quatro anos, demandando cada vez mais de adequação e profissionais qualificados para garantir sua inclusão escolar.

Quadro 1 – Alunos com Necessidades Especiais em 2021

Quantidade de Alunos	Necessidade Específica/Síndrome dos Alunos	Quantidade de Cuidadores
1	Síndrome de West	1
9	Autismo	9
1	Paralisia Cerebral	1
7	TDH	7
1	Síndrome de DOWN	1
1	Deficiência Intelectual	1
1	Paralisia Cerebral	1

Fonte: dados fornecidos pela escola e organizada pelos pesquisadores.

De acordo com os dados pesquisados, as necessidades especiais atendidas na escola com maior quantitativo de alunos são os com Autismo e o TDAH, totalizando 16 alunos dos 21 estudantes com laudo estudando.

Quadro 2 – Alunos com Necessidades Especiais em 2022

Quantidade de Alunos	Necessidade Específica/Síndrome dos Alunos	Quantidade de Cuidadores
15	Autismo	15
1	Paralisia Cerebral	1
7	TDAH	7

1	Síndrome de DOWN	1
1	Deficiência Intelectual	1
1	Paralisia Cerebral	1

Fonte: dados fornecidos pela escola e organizada pelos pesquisadores.

No ano de 2022, o número de alunos com Autismo cresceu, porém, todos tiveram direito a um cuidador. Mesmo sendo um ano de pandemia (Covid-19), as crianças foram matriculadas e inseridas na escola. O Autismo foi a deficiência com maior número de alunos e crescimento considerável de matrículas.

Quadro 3 – Alunos com Necessidades Especiais em 2023

Quantidade de Alunos	Necessidade Específica/Síndrome dos Alunos	Quantidade de Cuidadores
29	Autismo	29
1	Paralisia Cerebral	1
3	TDAH	3
1	Retardo Mental Moderado	1

Fonte: dados fornecidos pela escola e organizada pelos pesquisadores.

O aumento de alunos com necessidades específicas, em particular, com Autismo chama atenção, dando um salto de quase 50%, o que aumenta a demanda de ações e profissionais qualificados para atuarem com essa realidade.

Quadro 4 – Alunos com Necessidades Especiais em 2024

Quantidade de Alunos	Necessidade Específica/Síndrome dos Alunos	Quantidade de Cuidadores
48	Autismo	48
1	Paralisia Cerebral	1
4	TDAH e TOD	4
1	Retardo Mental	1

Fonte: dados fornecidos pela escola e organizada pelos pesquisadores.

Os dados apresentam um aumento considerável de alunos com necessidades específicas matriculados na escola, sendo que em 2021 foram 21 alunos, em 2022 foram 26 alunos, já em 2023 estudaram 34 crianças e em 2024 estão estudando 54 estudantes, destes destaca-se o crescimento de alunos autistas. Isso demonstra que a escola está buscando incluir os alunos na educação básica, ofertando a todos cuidadores para acompanhar suas atividades.

O papel do professor na educação inclusiva é um desafio, pois os fazem repensar a prática profissional, cultura, política e suas estratégias pedagógicas, adotando uma postura receptiva diante da singularidade que irão encontrar, a fim de detectar potencialidades e expor habilidades de acordo com a demanda de cada aluno (ROCHA, 2017).

De acordo com Rocha (2017), é um grande desafio dos professores o processo de inclusão dos alunos com deficiências, pois cabe a eles elaborarem novas propostas de ensino em sala de aula e ser o agente facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Ainda segundo Rocha (2017), cabe aos professores ter novas posturas e habilidades que permitam problematizar, compreender e intervir nas diferentes situações com as quais se deparam. Vale ressaltar ainda a necessidade de pensar um planejamento recorrente e discursivo para auxiliar na construção de uma proposta inclusiva que gere mudanças significativas.

Para que uma escola atenda adequadamente a alunos com características, potencialidades e ritmos diferentes de aprendizagem, faz-se necessário que os profissionais de educação, principalmente os professores, estejam capacitados para exercer essa função, atendendo as necessidades de cada educando.

Segundo Rocha (2017), a formação continuada é uma possibilidade de construção de propostas inclusivas, pois, permite aos profissionais repensar a educação e analisar a prática docente com a intenção de criar espaços para a reflexão coletiva, atendendo ao princípio de aceitação das diferenças que sempre prioriza a valorização do outro.

Diante das necessidades especiais educacionais, o papel do professor é de suma importância na inclusão, visto que este é a “autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM *et. al*, 2005, p.51).

Nessa perspectiva, os professores são mediadores do conhecimento e devem ser capazes de analisar os domínios dos alunos, bem como as diferentes necessidades e demandas no processo de aprendizagem, elaborando atividades e definindo formas de avaliar os alunos, para que as informações sirvam para aprimorar o atendimento daquelas com maiores dificuldades. Neste sentido, os professores precisam pensar na educação como um todo. Rocha (2017, apud Farfus 2008), destaca que:

A articulação entre os educadores é urgente, pois existe a necessidade de uma redefinição do papel do professor e de sua forma de atuar, no pensamento sistêmico. É necessário pensar na aprendizagem como um processo cooperativo e de transformação que proporcione a formação de alunos inseridos no mundo, e não mais em apenas uma comunidade local. Finalmente pensar na educação em relação

aos aspectos da ética, da estética e da política; a educação fundamentada em um ideal democrático. (ROCHA, 2017 apud FARFUS, 2008, p. 30).

Neste sentido, para que a educação inclusiva aconteça em sala de aula é necessário que os professores compreendam a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais com foco nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase ao respeito, às diferenças e às inteligências múltiplas. Além disso, o professor deve planejar suas aulas baseando-se no conhecimento prévio do aluno, de forma dinâmica e interativa, garantindo que o aluno seja o protagonista na construção do seu próprio conhecimento. Para isso, deve recorrer ao trabalho em equipe, favorecendo a quebra de paradigmas, proporcionando a interação e o acesso de todos às oportunidades dentro da sala de aula.

Segundo Rocha (2017, Minetto 2008, p.101), para melhor resultado nas intervenções e construção da aprendizagem “o professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores”, pois essa antecipação preparatória pode possibilitar maior reflexão em relação aos trabalhos práticos e aos resultados alcançados.

Entendemos que o papel do professor na educação inclusiva envolve o desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais do aluno a partir de um plano de aula que contemple toda a turma, sem distinção. Além disso, é imprescindível que o educador estimule o aluno, comemorando as pequenas conquistas, pois quando o educando percebe que possui capacidade para executar determinadas tarefas, adquire autoconfiança e passa a se sentir capaz de vencer qualquer desafio.

Dessa maneira, acreditamos que pensar a educação a partir de seu papel social é elemento primordial para que os alunos compreendam o sentido de construção do conhecimento, da ética, da estética e da democracia. Nesse processo de mediação, o professor é de fundamental importância, visto que, é a ele que cabe o papel de fazer as intervenções na construção do conhecimento do aluno em sala de aula e, por isso, é importante que acredite na capacidade do aluno e busque estratégias que auxiliem no seu desenvolvimento.

Em vista disso, é preciso que o professor, mediador e agente facilitador do processo de ensino-aprendizagem, esteja capacitado e preparado para os desafios da educação inclusiva, sendo indispensável possuir a consciência a respeito da clareza teórica que instiga o profissional, que é passivo de erros, e que o faz buscar subsídios e estratégias pedagógicas adequados para compreender como ensinar aos alunos com deficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As postulações disponibilizadas consentem garantir que a chegada dos alunos com deficiência na escola tem instigado uma ampla reflexão entre os profissionais da educação, famílias e sociedade em geral. Se atentarmos o contexto histórico do processo de inclusão escolar compreendemos a combustão expressiva na compreensão de ensino e aprendizagem desses alunos que por muito tempo foi estimado como elemento de desprezo, contidos a discriminação em razão da deficiência. A ebulição dos discursos tem direcionado a edificação de pareceres preocupados em oferecer qualidades para a formação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Na perspectiva de educação inclusiva, diversos acontecimentos e documentos mundialmente expressivos que envolvem desde a constituição de 1988, tomaram propostas e firmaram acordo no sentido de oferecer o ensino aos alunos dentro das camadas comuns de ensino. Contudo, esse direito tem desencadeado uma ala de grandes desafios e incomuns para as escolas ao assumir o compromisso de atender a diversidade dentro de um mesmo ambiente.

Em investigação da consolidação dessa escola torna-se formidável que aconteçam reformulações na formação de professores, um dos principais focos de aplicação das políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria de Educação Especial. Exige além da formação do professor o ajustamento da proposta pedagógica da escola, as acomodações do currículo e o Atendimento Educacional Especializado para complementar as atividades desenvolvidas no ensino regular. Aspectos como maneira, atitudes, mentalidade do ser humano carecem estar alocadas também em ação para a escola se tornar inclusiva.

Segundo aponta Fernandes (2019), as escolas devem se adaptar às necessidades especiais dos estudantes, para que todos possam aprender juntos através de uma formação benéfica. Afinal, as diferenças não são um problema pois a diversidade agrega valores.

Com isso, almejamos que as discussões aqui exibidas possam cooperar para o desenvolvimento das práticas inclusivas, consentir que o aluno com deficiência seja legitimamente contido no ensino regular tendo suas especificidades acatadas conforme as teorias de promoção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional. 1996.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEE, 2008.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. Revista Brasileira de Educação Especial. [online]. 2011, vol.17, n. spe1, pp. 59-76. Disponível em: <www.scielo.org>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

COSTA, L. P. **Desafios e possibilidades na inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Educação Inclusiva em Foco, v. 22, n. 1, p. 30-46, 2023.

DRAGO, Rogério. **Projeto Político Pedagógico e Inclusão Escolar: um diálogo possível**. 2011. Disponível em:

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sU4jhvtrW4kJ:https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0459.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2021.

FERNADES, Meira. **Avanços e desafios da educação inclusiva no Brasil**. Jun 06, 2019. Disponível em: <https://www.meirafernandes.com.br/noticia/7281/avancos-e-desafios-daeducacao-inclusiva-no-brasil>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

FERREIRA, F. Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-aescolaprecisa-fazer>. Acesso em 20 dezembro de 2020.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. p. 380. Verbetes.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

GONÇALVES, A. R. **A formação de professores para a inclusão: práticas e reflexões**. Revista de Educação Especial, v. 38, n. 2, p. 55-70, 2024.

LIMA, Priscila Augusta, 1957. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercampo, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Marília. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 11, n. 33, Set-Dez. 2006.

MENDES, J. F. **Estratégias pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular**. Jornal de Educação Inclusiva, v. 15, n. 4, p. 78-92, 2024.

OLIVEIRA, R. S. **Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias para a educação regular**. Educação & Sociedade, v. 45, n. 2, p. 105-120, 2024.

PEREIRA, T. M. **Políticas públicas de inclusão e o ensino regular: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 3, p. 90-105, 2023.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira **O Papel do Professor na Educação Inclusiva**. Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017. Disponível em:
<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DOPROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

SEVERINO, A. J. A. formação profissional do educador: Pressupostos filosóficos e implicações curriculares. **Revista ANDE**, Cortez, ano 10, nº 17, p. 29-40, 1991.

SILVA, M. A. **Políticas de inclusão escolar: avanços e desafios na educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 28, n. 3, p. 45-60, 2023.

SOUZA, J. C. de; SARMENTO, V. do N. **A importância da família no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental José de Paiva Osório, no município de Maracanã/PA**. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA, São João de Pirabas-PA. 2017.

TIBA, I. **Disciplina Limite na Idade Certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.

TIBA, I. **Quem Ama Educa: Formando Cidadãos Éticos**- São Paulo: Integre Editoria, 2012.